

## Argentina – Clarín

### Amenazan con represalias comerciales

De acuerdo a un informe que difundió ayer el banco Ciudad, el principal riesgo de corto plazo del freno a las importaciones se vincula a "las represalias de nuestros socios comerciales". Ya ocurrió con China en 2009-10, cuando suspendió unilateralmente las importaciones de aceite de soja, y ahora con la inminente eliminación de las preferencias arancelarias para exportaciones argentinas hacia los Estados Unidos. Las importaciones alcanzadas por las nuevas licencias no automáticas representaron US\$ 11.000 millones en 2010. El 37% provino de Brasil, 22% de China, 7% de Alemania y 5% de los Estados Unidos.

Ayer los empresarios uruguayos solicitaron a su gobierno la aplicación de sanciones a la Argentina.

Hoy los ministros de Industria Débora Giorgi y su par brasileño Fernando Pimentel se reúnen en Buenos Aires y este tema dominará la agenda.

Es el primer encuentro de monitoreo bilateral de comercio entre ambos países que se realiza durante la gestión de Dilma Rousseff y en medio de un clima de mucha tensión contra la Argentina por parte de sus socios comerciales por los permanentes cambios en las reglas de juego de comercio exterior.

La ministra Giorgi enfatizó que le avisó a Brasil, el principal socio argentino, sobre la ampliación de la cantidad de productos alcanzados ahora por las licencias no automáticas. Con todo y a pesar del aviso, parece que no logró bajarles el malhumor ni a los socios de Brasil ni de otros países del Mercosur, como Uruguay.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

## Brasil - Valor Econômico

### País indica que pode, no futuro, copiar medida argentina

O respeito ao prazo máximo de 60 dias, determinado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), é hoje a principal preocupação do governo e do setor privado brasileiro em relação ao novo pacote de licenças não automáticas anunciado pela Argentina. A inquietude foi manifestada em Buenos Aires pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, e pelo representante do Sindipeças, Antonio Carlos Meduna. "Nossa preocupação é que os prazos longos não afetem o Brasil, porque isso já geraria um problema com o Mercosul", disse Teixeira em entrevista ao jornal "La Nación".

Teixeira afirmou ainda que o Brasil "compartilha com a Argentina a preocupação" com a concorrência (de importações) de produtos asiáticos, que teria sido o motivo da nova leva de licenças. "Queremos observar o que faz a Argentina, porque, no futuro, também poderíamos usá-las como mecanismo de defesa nacional", disse ele.

O secretário-executivo participou ontem, na capital argentina, da reunião regular de monitoramento do comércio bilateral, onde as licenças foram um dos principais assuntos do encontro, que não contou com a participação do setor privado. Hoje as discussões bilaterais envolvem os ministros do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e da Indústria argentina, Débora Giorgi.

Meduna afirmou ao Valor que na reunião com Associação de Fábricas Argentinas de Componentes (Afac), realizada em Buenos Aires, foi "garantido" que o prazo máximo de 60 dias será "respeitado". Segundo ele, o Brasil seria "privilegiado" pelas autoridades argentinas na obediência a esse prazo. "Eles nos deram essa garantia. Mas precisamos saber do governo argentino quem serão nossos interlocutores nessas discussões, já que a agenda de produtos afetados [pelas licenças] é ampla e ainda não sabemos quais deles serão afetados ou não", disse Meduna.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

A Argentina, lembrou o empresário, é o principal destino das exportações do setor de autopeças do Brasil. E o mercado brasileiro também é o principal endereço das exportações argentinas do setor. Meduna disse que os brasileiros não esperam que a ministra argentina recue agora na aplicação da medida.

"A aplicação da licença não automática é uma prerrogativa da Argentina. Mas nossa preocupação é com o prazo de 60 dias", reiterou. Ele disse que a trava burocrática não prejudicou, por exemplo, o comércio brasileiro de freios e embreagens durante 2009 e 2010. "Tudo foi respeitado e o setor brasileiro ganhou visibilidade no mercado argentino."

A dúvida, porém, é se a ampla gama de setores que passarão a ter a licença acabará prejudicando as exportações brasileiras do ramo de autopeças. "Vamos ter que discutir caso a caso, produto por produto. Não vai ser uma coisa simples", disse. Além da reunião com a Afac, os representantes do Sindipeças se reuniram com a Câmara Argentina de Fricção e Afins (Caifa). "Mas temos ainda uma série de interrogações no horizonte", disse.

Uma comitiva da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) desembarcou, ontem, em Buenos Aires. "Achamos que as medidas não afetam o setor automotivo, mas espero sair daqui com essa certeza após as reuniões de amanhã", disse um assessor da entidade.

## Brasil – O Estado de São Paulo

### **Governo fala em conter importações,mas tem pouca margem de manobra**

Apesar da pressão da indústria para que as medidas protecionistas sejam intensificadas, o governo não tem muita margem de manobra para aumentar os impostos de importação e esbarra na própria burocracia para fortalecer as medidas de defesa comercial.

Como o Brasil precisa praticar as mesmas tarifas que os parceiros do Mercosul, a elevação de alíquotas unilateralmente teria de ocorrer por meio da lista de exceção

---

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

3

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

a que cada País tem direito. O problema é que a relação só pode ter 100 itens. O Brasil já tem 96, o que não deixa muito espaço para novos produtos.

O governo pode excluir alguns itens para introduzir outros, ou aumentar as alíquotas para alguns produtos que já estão na lista de exceção. Ainda assim, é restrito o espaço para uma ação do governo. "A margem para aumentar tarifas é pequena. Além disso, existe uma resistência de setores importadores ao aumento de tarifas", avalia o economista-chefe da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Fernando Ribeiro.

Outro consultor de comércio exterior, que pediu para não ser identificado, avalia que o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, "caiu numa armadilha". "Ele prometeu muita coisa e não conseguirá cumprir."

O ministro antecipou que o governo analisa a possibilidade de elevar o Imposto de Importação de produtos cujos similares nacionais sofram concorrência de importados por causa da valorização do real e da concorrência chinesa, como calçados, têxteis, máquinas e equipamentos.

O problema é que a lista também é usada para conter o possível desabastecimento de algum produto ou baratear compras do governo, como medicamentos. Nesses casos, as alíquotas são reduzidas em relação ao imposto de importação cobrado pelo Mercosul. Sem a inclusão na lista de exceção, o Brasil só pode aumentar alíquotas se conseguir convencer os parceiros do bloco a aplicarem a mesma tarifa.

Camex. A lista de exceção está sendo analisada pelos técnicos da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que é composta por sete ministros. A primeira reunião do órgão no atual governo será presidida pela presidente Dilma Rousseff, que pretende, com o ato, mostrar o fortalecimento da Camex. Porém, o Planalto ainda não conseguiu um espaço na agenda da presidente para marcar a reunião. O colegiado terminou o governo Lula esvaziado. Praticamente todos os ministros enviavam representantes às reuniões mensais. A própria Dilma, que integrava a Camex como ministra da Casa Civil, quase não participava das reuniões.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

Para o economista-chefe da Funcex, a saída para conter as importações desleais será o aperfeiçoamento do sistema de defesa comercial, também já anunciado por Pimentel.

Ele defende um posicionamento mais duro do Brasil na análise dos pedidos de abertura de processos contra dumping ou concorrência desleal. Ribeiro disse que o Brasil pode passar a adotar com mais frequência o chamado "direito provisório", ou seja, aplicar temporariamente uma sobretaxa até o fim do processo de investigação.

O mecanismo já existe, mas é pouco usado na avaliação do economista. "Os Estados Unidos usam o direito provisório com muita frequência", destacou Ribeiro. "Com esse mecanismo, o governo pode trabalhar nas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) e não pode ser acusado de protecionismo."

Receita. Uma fonte, no entanto, lembra que a abertura de processos de investigação está difícil porque a Receita Federal se recusa a passar para o Ministério do Desenvolvimento dados individualizados das operações de importações e exportações. O Fisco alega que as informações estão protegidas por sigilo fiscal.

O problema foi discutido entre Pimentel e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na semana passada. No fim do ano, chegou-se a cogitar a edição de uma medida provisória para permitir o repasse dos dados pela Receita, mas a MP não foi editada.

## Brasil - Agência Brasil

### Chanceleres do Brasil e de Portugal discutem ampliação do comércio e de investimentos

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, se reúne hoje (18) com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, às 12h30, no Palácio Itamaraty. Eles terão, em seguida, um almoço e concederão entrevista coletiva (15h).

---

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

Durante o encontro, os dois chanceleres vão discutir o incremento do comércio e de investimentos bilaterais, o acordo de associação Mercosul-União Europeia, a superação da crise financeira internacional e a reforma das instituições de governança global. Tratarão ainda de questões relativas às Nações Unidas, principalmente neste momento, quando Brasil e Portugal ocupam assentos não permanentes no Conselho de Segurança.

Portugal investiu no Brasil desde 1998 cerca de 25 bilhões de euros e é um dos maiores investidores diretos no país. Os investimentos brasileiros em Portugal totalizam hoje aproximadamente 2,9 bilhões de euros. O comércio bilateral quase triplicou entre 2003 e 2007. No ano passado, o comércio entre os dois países foi superior a US\$ 2 bilhões, com saldo brasileiro de US\$ 927 milhões.

## Brasil - DCI

### **Brasil e Argentina aparam arestas do comércio bilateral**

Os anúncios do governo argentino sobre a imposição de novas barreiras comerciais para proteger o mercado interno do país culminaram com a primeira reunião entre representantes do comércio exterior do Brasil e da Argentina de 2011. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), os temas abordados são: intercâmbio comercial, integração produtiva, acordos setoriais, Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) e promoção comercial, dentre outros temas.

A nova barreira argentina eleva de 400 para 600 o número de itens na lista de produtos que não conseguem licença automática de importação. Com isso, eleva a burocracia e a demora para liberação dos pedidos por parte dos compradores argentinos de produtos brasileiros.

De acordo com a ministra da Indústria argentina, Débora Giorgi, "os certificados não terão um impacto significativo sobre os produtos do Mercosul porque a maioria não entra em concorrência desleal."

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

Alessandro Teixeira, secretário de comércio exterior do Mdic, durante a reunião de ontem teria pedido para garantir que os pedidos das licenças não automáticas seriam respondidas rapidamente. Outra alegação a jornalistas argentinos de Teixeira foi com relação a necessidade do aumento da participação dos produtos argentinos no mercado brasileiro.

"Como o comércio bilateral registrou um déficit significativo para a Argentina, o Brasil não teria chances de fazer uma denúncia forte contra o licenciamento não automático", disse uma fonte do governo argentino.

Na última imposição argentina , com relação a licenças não automáticas, ficou definido que o governo vizinho se comprometeria a expedir as licenças não automáticas em até 60 dias (prazo previsto pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e não os 180 dias que estava demorando aos empresários brasileiros.

Giorgi anunciou que em 10 dias vai entrar em funcionamento o Sistema de Informação de Comércio Exterior (Sisco), através do qual a ordem de liberação das licenças será informatizada.

"O Brasil perdeu mais de 20% do comércio com a Argentina para os chineses, e, além da desvalorização do dólar frente ao real que dificulta as exportações, existem algumas travas impostas pelos argentinos. Contudo, os brasileiros negociam preços e condições de pagamento, o que favorece o comércio", argumentou Roberto Segatto, presidente da Associação brasileira de Comércio Exterior (Abracex).

"Não gostamos de comprar da China, mas os preços deles (chineses) ficam mais barato do que os dos brasileiros. Prefiro a troca de exportações: temos mercadorias, como azeite, anchovas e presunto, que perderam mercado no Brasil em razão desses conflitos comerciais", informou um empresário argentino.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul estima que a nova barreira adotada pelo governo argentino tem o potencial de afetar 13% das exportações gaúchas para o país vizinho. O percentual equivale a US\$ 200 milhões das vendas externas anuais à Argentina. Entre os segmentos mais atingidos, estão fabricantes de ferro fundido, aço, adubos, carnes, móveis, couro, fibras sintéticas e papel.

"Há um grande mercado entre o Brasil e a Argentina, temos de trabalhar de mãos dadas. Os empresários argentinos estão preocupados, contudo, otimistas que as relações permanecerão positivas. E os empresários brasileiros acreditam que caso não seja cumprido o acordo feito pelos governos, o Brasil poderá ser mais duro e impor um freio maior aos produtos argentinos que entram no País ou até acabar de uma vez com o Mercosul e realizar acordos comerciais", explicou Segatto.

#### Ex-tarifários

O governo brasileiro reduziu para 2% a alíquota do imposto de importação para 408 tipos de bens de capital e 9 itens de informática e telecomunicações. A relação dos produtos foi publicada no Diário Oficial da União por meio de resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Os itens foram incluídos na lista de ex-tarifários, que permite a redução temporária de tarifas para aquisição no exterior de produtos de diversos setores que não têm produção nacional. A redução de tarifas ocorre depois da análise pelo governo dos projetos de investimentos apresentados pela iniciativa privada.

Segundo o Mdic, os investimentos previstos nos projetos beneficiados com a queda do imposto somam US\$ 2,132 bilhões. Os maiores investimentos ocorreram nos setores automotivo, gráfico e de bens de capital. As importações dos produtos devem chegar a US\$ 767,8 milhões.



18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

## Paraguay – ABC Color

### **Wikileaks: Preocupa a EE.UU. influencia del Brasil sobre nuestro país**

Un nuevo cable distribuido por WikiLeaks este jueves revela la preocupación que tiene Estados Unidos respecto a la influencia de Brasil sobre Paraguay. El documento confidencial, que fue enviado por un agregado diplomático, tiene fecha del 22 de abril del 2005 y consigna que Rachid, canciller del gobierno de Duarte Frutos, se refirió a los deseos de Itamaraty de minimizar la influencia de los Estados Unidos en la región.

El cable diplomático, firmado por un agregado de la Embajada de Estados Unidos de apellido Keane, se refiere a la postura tomada por Paraguay ante la crisis desatada en Ecuador.

Así también, revela un diálogo entre la entonces canciller nacional Leila Rachid Lichi y el embajador de Estados Unidos. La misma ministra de Relaciones Exteriores comentó las expresiones de Celso Amorim –ex canciller de Brasil– y su postura sobre la “Carta Social de las Américas”.

Así también, Rachid se refirió a los deseos de Itamaraty de minimizar la influencia de los Estados Unidos en la región.

A continuación el cable completo en español:

El 21 de abril, Paraguay –en su capacidad como Presidente temporal del Mercosur– en una declaración llama a las fuerzas políticas y sociales de Ecuador a preservar la democracia y buscar una solución pacífica a la crisis que se desata en ese país. De acuerdo a la prensa, la declaración de Paraguay dice:

Llamar al Protocolo de Ushuaia –la declaración que articula los principios de la democracia a los que suscriben los miembros del Mercosur– que excluye socios en una eventual ruptura de la democracia.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

Afirma que el Mercosur apoyará el acercamiento entre la recientemente creada Unión de Naciones Suramericanas.

Leila Rachid había confiado al Embajador el 21 de abril que el ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, Celso Amorim, insistió en que la declaración del Mercosur se refiere a la “Comunidad de Naciones Suramericanas” y no a otras cartas democráticas interamericanas.

Ella argumentó en contra de la idea porque la Comunidad de Naciones Sudamericanas es meramente una chispa en los ojos a este punto; ello fue anunciado como un propósito el año pasado, pero carece de estructura, un conjunto de principios rectores acordados por los miembros y otras características normales de la “institucionalización”. Amorim prevaleció, sin embargo, porque sospechó que Duarte Frutos no le daría la espalda si ella se resistía.

Rachid notó que Amorim dijo que no quería mención alguna en la “Carta Social de las Américas” porque esa sería una invitación para la Organización de Estados Americanos y por lo tanto a Estados Unidos, para “entrometerse” en lo “regional” (es decir, América del Sur), cuestiones que “nosotros debemos ir tomando cuidado de nosotros mismos en la región”.

Ella agregó un comentario personal que Amorim está forzando una agenda designada para minimizar la influencia de Estados Unidos en América del Sur y afirmar la dominación brasileña, una carrera a la que ella se opone tenazmente porque se traduce en un absoluto control brasileño sobre el destino de Paraguay.

## Uruguay – El País

### **Industriales piden represalias y el gobierno apuesta a más diálogo**

Industriales y exportadores locales piden tomar medidas "fuertes" para hacer frente a las trabas comerciales de Argentina, cuyas medidas formales e informales se intensificaron este mes. El gobierno apostará al diálogo "al más alto nivel".

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

"Esto no es un problema de la industria, es un problema de Uruguay. Hemos puesto la mejilla una vez y otra vez y nos han dejado la cara colorada de los dos lados. Creo que llegó el momento de negociar un poco menos y tomar medidas más fuertes", dijo a El País, Washington Burghi, presidente de la Cámara de Industrias (CIU).

En tanto, el ministro de Industria, Roberto Kreimerman, dijo ayer a El País que primero se evaluarán los efectos sobre Uruguay de las medidas argentinas y luego se pedirán explicaciones a las autoridades de la vecina orilla.

"Entendemos el reclamo de la Cámara de Industrias y tenemos que ver que sea contemplado", dijo. De todas maneras, por ahora el gobierno no modificará su estrategia. "Apostamos al diálogo al más alto nivel sobre este tema. No es una postura definitiva, pero apostamos en esta etapa al diálogo", indicó.

La resolución que esta semana anunció el gobierno argentino de ampliar de 400 a 600 los productos sujetos a la aplicación de licencias no automáticas de importación preocupa a los exportadores e industriales uruguayos con clientes en la vecina orilla.

Además, el secretario argentino de Comercio Interior, Guillermo Moreno, mantuvo reuniones con supermercadistas y mayoristas donde les ordenó que no comercialicen productos importados que tengan equivalentes en la industria local, según se reprodujo en un comunicado que envió la Cámara Argentina de Distribuidores y Autoservicios Mayoristas (Cadam) a sus socios.

Eso hizo perder varios negocios, pero lo que más molestó en la industria uruguaya es que esta última decisión excluye a Brasil y que la balanza comercial con Argentina es deficitaria para Uruguay.

Burghi sostiene que estas acciones son "violatorias" y que "hace mucho tiempo que Argentina toma actitudes que riñen con el espíritu del Mercosur". Informó que las demoras en la aprobación de las licencias para el ingreso de productos "no es nuevo, ya lo sufrimos en reiteradas ocasiones". "No es posible que se nos diga que los (países) grandes (como Brasil y Argentina) tienen permiso para importar y

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

exportar libremente y nosotros los chicos (Uruguay y Paraguay) quedamos debajo de la mesa", agregó.

Para el titular de la CIU, "los tiempos de hablar ya pasaron" y tanto el actual gobierno como el anterior "han dialogado de todas (las) maneras".

"Tenemos que poner la piernita un poco más fuerte. El que tiene que tomar resoluciones es el gobierno y nosotros las vamos a apoyar", dijo, y agregó que se están haciendo gestiones con los ministerios de Relaciones Exteriores y de Industria.

Consultado sobre qué tipo de medidas podrían tomarse, Burghi respondió que "puede ser una licencia o cualquier cosa" y enfatizó en "defender el trabajo de los uruguayos".

El vicepresidente de la Unión de Exportadores, Álvaro Queijo, fue más específico. "No descartaría todavía la opción del diálogo pero teniendo bien claro que de no mediar un suceso en ese tema la adopción de alguna medida `espejo` parecería sana de todo punto de vista", dijo a El País. Es que las trabas informales de Moreno ya hicieron perder zafras a la industria alimenticia, como fue el caso de Monte Cudine con la sopa instantánea en invierno, el de Bimbo con el pan dulce y el turrón a fin de año y el de El Trigal de galletitas. Y está peligrando la zafra de Pascuas.

El ministro de Relaciones Exteriores, Luis Almagro, dijo ayer a radio Sarandí que "nunca nos enfrentamos a trabas en el sentido formal", pero que "como más vale prevenir que curar y como algún producto uruguayo puede estar afectado, entonces habrá acciones de la Cancillería, el Ministerio de Industria y el de Economía".

Además, dijo que en marzo se concretarán temas para realizar un "Anchorena dos", un ciclo que termine con la solución de varios asuntos puntuales a resolver con una reunión de presidentes y de los consejos de ministros de ambos países.

La Embajada Argentina, en tanto, emitió ayer un comunicado donde defiende la ampliación de las licencias de importación alegando que son una política comercial

---

12

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

permitida por la Organización Mundial de Comercio. Además, sostiene que su carácter es "no discriminatorio" porque se aplican a productos sin importar su origen y afirma que "Argentina no aplica ninguna medida que afecte especialmente al comercio bilateral con Uruguay".

## Uruguay – EL Observador

### Promueven comercio electrónico en Mercosur

Los coordinadores nacionales de Uruguay y Brasil del área de Comercio Electrónico del proyecto Mercosur Digital brindarán hoy información acerca de los procesos administrativos de la licitación pública de Comercio Electrónico.

Consultado por El Observador el asesor del proyecto, Manuel Fernández, afirmó que "existen muchas posibilidades de desarrollo en la región porque es un mercado con 30 millones de personas", aunque confesó que hoy en día "es un mercado poco desarrollado" en materia de e-commerce ya que actualmente, si se quieren realizar transacciones entre países "hay muchas trabas, tanto desde un punto de vista legislativo como desde un punto de vista técnico".

El proyecto Mercosur Digital es una iniciativa de cooperación internacional entre el Mercosur y la Unión Europea.

El evento se realizará en la sede de la Agesic, en Andes 1365, piso 7.

## Uruguay – La Republica

### Proteccionismo argentino golpea exportaciones uruguayas

El comercio interno del Mercosur continúa debilitándose con la medida adoptada por el gobierno de argentino de aumentar en 200 los productos que necesitan un permiso especial para entrar a su país. También se prohíbe importar alimentos y bebidas que compitan con similares productos argentinos.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

El gobierno argentino luego de imponer nuevas trabas a las importaciones salió a defender su postura concitando el apoyo de la Unión Industrial de Buenos Aires, pero el rechazo de la Cámara de Importadores.

Cada una de ellas defiende sus intereses, los industriales comparten los dichos de la ministra de Industria, Débora Giorgi, que fundamentó la decisión en la defensa del mercado interno de la competencia desleal, razonamiento que profundizó el titular de la Unión Industrial, al explicar que con esta decisión se "evitará que se ponga en riesgo el actual proceso de reactivación de la industria nacional, con el consecuente crecimiento en la inversión, el empleo y el fomento del mercado interno".

Lo que no queda claro desde el otro lado del río es de qué forma y con qué gravedad las exportaciones de Uruguay ponen en peligro la reactivación "industrial nacional", también sería importante que pudiera explicar la ministra en qué se basa para sostener que imponiendo estas limitaciones a Uruguay impide el comercio desleal contra su país.

En concreto, lo que hizo el gobierno fue aumentar considerablemente el listado de productos ya existente, al sistema de control de Licencias No Automáticas de Importación (LNA) (sistema que cuestiona la Organización Mundial de Comercio porque permite a los gobiernos entorpecer las importaciones) entre los que se incluyeron textiles, vidrios, autos de alta gama y bicicletas, entre otros. Para redondear la situación también se prohibió la importación de alimentos y bebidas que compitan con productos argentinos, "sin importar su precio y calidad".

Por su parte, el comunicado que dio a conocer el embajador argentino en nuestro país, Dante Dovená, es lo más parecido a una tomada de pelo al finalizar afirmando: "Se manifiesta categóricamente que la República Argentina no sólo no fija trabas a las exportaciones uruguayas, sino que, por el contrario, tiene un interés mayor en el incremento del intercambio económico entre nuestros países y en el consecuente progreso de un socio comercial, que es antes que nada un país hermano desde los orígenes de nuestra nacionalidad". Probablemente los industriales uruguayos no compartan estos conceptos.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

Duro e injusto"

Desde la Cámara de Industrias de nuestro país se consideró que Argentina había tomado contra nuestro país una medida que significaba "un golpe durísimo e injusto".

Rafael Sanguinetti, presidente de la Comisión de Comercio Exterior explicó que la decisión del ministro Guillermo Moreno de limitar el ingreso de alimentos y bebidas que compitan con productos nacionales "es propio de su ya conocida forma de actuar".

Agregó que la CIU recibió un comunicado enviado desde la Cámara Argentina de Distribuidores donde desde la oficina de Moreno se avisa a los mayoristas que "no pueden entrar productos alimenticios, salvo los procedentes de Brasil". Recordó también que Uruguay tiene un saldo negativo de 900 millones de dólares en el saldo comercial con Argentina por lo que tomar este tipo de medidas no tiene sentido y son absolutamente desproporcionadas".

Si bien la situación no es nueva, Sanguinetti reconoció que "es complicada, se arrastra en el tiempo con total impunidad y estamos a la espera de los movimientos que realice el gobierno". Adelantó que el canciller Luis Almagro se reunirá con los ministros argentinos relacionados a la medida pero reconoció que no "habrá una solución inmediata".

Este problema necesariamente deberá ser abordado en la próxima reunión de marzo de los presidentes de Uruguay y Argentina en Anchorena con el fin de avanzar en la agenda bilateral. Hasta ayer no estaba planteado incorporar este tema de las licencias de importación, pero se impone que se converse y se solucione al igual que el tema de la Plnta Regasificadora y los dragados del río Uruguay y del Río de la Plata.

Las LNA

Las licencias no automáticas de importación implican no practicar el trámite aconsejado por la Organización Mundial de Comercio, OMC: la licencias automáticas, que facilitan y agilitan el comercio entre los países.

18 de Febrero de 2011 / 18 de Fevereiro de 2011

---

Las licencias no automáticas implican un trámite que consiste, según las diversas disposiciones, en la presentación de la factura pro forma que se negocia con el exterior y otros diversos requisitos de forma propios de todo procedimiento. Una vez que el importador cuenta con la pro forma puede iniciar el trámite. El comercio exterior en consecuencia queda supeditado a la discrecionalidad absoluta de una entidad ajena al servicio aduanero como lo es la Secretaría de Industria que es la que otorga la pro forma, realizando entonces una selección de productos a importar y a impedir que se procesen intercambios comerciales con fluidez. Las LNA pasan a convertirse en una traba no arancelaria que le permite al Estado monitorear de cerca la entrada de productos, exigir el detalle sobre precio y calidad y solicitar toda la información adicional que requiera al respecto. Ese trámite no debería demorar más de 60 días, tal como establece la OMC, pero la mecánica se puede entorpecer con mucha facilidad y por tanto, enlentecer la operación. Este no es el mecanismo propiciado por la OMC y mucho menos entre los países hermanos como afirma el embajador argentino.